

TRABALHO

## Deputados paulistas querem CPI para apurar trabalho escravo no McDonald's

Por: Raoni Scandiuzzi, Rede Brasil Atual

Publicado em 10/11/2011, 14:25



**O presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Adriano Diogo, reclamou do fato dos representantes da rede de fast food não se pronunciarem (Foto: Divulgação/ Página Pessoal Facebook)**

São Paulo – Durante uma reunião na Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Assembleia Legislativa de São Paulo, na quarta-feira (9), alguns ex-funcionários da multinacional McDonald's prestaram depoimentos para contar o tipo de exploração que recebiam nas lanchonetes franqueadas da empresa de *fast food*. Após assistir a um vídeo com alguns relatos de jovens trabalhadores vítimas de mão de obra análoga ao trabalho escravo e ouvirem depoimentos de outros adolescentes presentes na reunião, alguns deputados que acompanhavam pediram a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o caso.

O presidente da CDH, deputado Adriano Diogo (PT), foi enfático: “Se fosse uma CPI, os senhores não estariam nos enrolando com tanta desfaçatez”. Ele disparou a reclamação depois de os representantes da multinacional não se pronunciarem, limitando-se a dizer que apurariam as denúncias.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Apart, Bares, Restaurantes, Lanchonetes e Similares do Estado de São Paulo, a jornada de trabalho adotada desde 1995 obriga jovens a ficarem disponíveis nos restaurantes do McDonald's em

turnos alterados frequentemente. Apesar disso, eles são remunerados apenas pelas horas trabalhadas no atendimento ao consumidor.

Enquanto não estão atendendo, os jovens são entretidos em uma sala onde há televisão e acesso à internet, segundo o sindicato. Essa situação faz com que muitos dos trabalhadores recebam ao final de um mês de trabalho valores em torno de R\$ 230,00.

Em nota, a assessoria de imprensa do McDonald's afirma que realiza o pagamento de modo proporcional com o piso salarial de todas as horas em que o funcionário está trabalhando na empresa. A multinacional também garantiu que irá apurar eventuais irregularidades. A empresa sustenta ainda que, se algum caso for verificado, seria exceção (confira a íntegra da nota).

### Explorados

Ângela Carla, que trabalhou na empresa de 2007 a 2011, falou com a voz embargada sobre seu primeiro dia de trabalho que, segundo ela, foi o mais humilhante de toda sua vida. "Fui chamada de burra e de pobre porque nunca havia comido um lanche do McDonald's."

Outro ex-empregado, Caio César, também relatou que foi humilhado por diversas vezes e até mesmo agredido fisicamente por sua gerente, que insistia em afirmar que ele não era capaz de servir um lanche.

O rapaz, que ainda sofreu um acidente de trabalho (caiu na chapa) e não foi socorrido, revelou que o McDonald's paga para que os funcionários falem bem da empresa em questionários usados para formar o *ranking* das melhores empresas para se trabalhar. O McDonald's aparece entre as primeiras posições nesse tipo de levantamento. Outros adolescentes afirmaram ainda que funcionários são coagidos pela gerência para responderem de maneira positiva ao questionário.

Os jovens relataram problemas com a alimentação. Eles comem o mesmo lanche todos os dias. Kênia Costa disse que sofreu uma intoxicação alimentar provocada pela comida oferecida e revelou que o McDonald's comercializa alimento com validade vencida.

As horas extras não recebidas, as longas jornadas de trabalho e pagamentos abaixo do salário mínimo foram relatados por outros ex-funcionários. Uma menina de 14 anos, com o rosto coberto e que se identificou apenas como Mônica, afirmou que os aprendizes cumprem jornada à noite e são responsáveis por todas as tarefas das lojas, o que é ilegal.

### Confira a íntegra da nota do McDonald's

A respeito das afirmações do Sinthoresp (Sindicato dos Trabalhadores em Hotelaria e Gastronomia de São Paulo e região), a empresa informa que:

1) Realiza o pagamento de todas as horas em que o funcionário está à disposição no restaurante, desde o momento em que chega até o que sai. A empresa foi uma das primeiras a adotar o ponto eletrônico biométrico no país, que registra todo o período trabalhado;

2) Paga o piso salarial determinado por todos os sindicatos que representam a categoria em cada cidade onde atua, que é sempre igual ou maior que o salário

mínimo para o caso de quem cumpre a jornada integral de 44 horas semanais;

3) Paga o piso pelo valor da hora trabalhada determinado pelos sindicatos que representam a categoria nos casos em que os funcionários optam por uma jornada flexível, de modo a poder conciliar o tempo de trabalho com o de estudos;

4) A empresa informa que apurará qualquer caso que fuja à sua política aqui externada e que qualquer episódio pontual deve ser tomado como exceção e não como a política corporativa da empresa;

5) Pelo 13º ano, a marca foi reconhecida pelo Great Place to Work como uma das melhores empresas para se trabalhar no país, com destaque para as oportunidades profissionais e por ser uma das maiores geradoras de emprego formal. A companhia possui um compromisso em cumprir rigorosamente a legislação trabalhista e segue o que é previsto e reconhecido por lei.